



PREFEITURA DE
RECIFE

CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Gabinete da Vereadora Aline Mariano

REQUERIMENTO Nº ____/2010

Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja concedida, para o dia 22 de Fevereiro de 2011, uma Audiência Pública a ser realizada no Plenarinho, das 9h às 13h, para discutir questões referentes aos Deslizamentos de Barreiras nas áreas em Situações de Risco na Cidade do Recife.

Na oportunidade, farão parte do evento os seguintes convidados:

- A Ilma.Coordenadora de Defesa Civil do Recife, a Sra, Keila Ferreira, situado à Rua dos Palmares, Nº 550-PR;
- O Ilmo. Presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Pernambuco (Crea-PE), José Mário Cavalcanti, situado à Av. Agamenon Magalhães, Nº 2978, Espinheiro, Recife-PE, CEP 52020-000;
- A Ilma. Secretária de Planejamento participativo, o Sra. Eveline Labanca, situado no Cais do Apolo, 925 – 12º andar, Recife-PE, CEP: 50030-230;
- O Ilmo. Secretário de desenvolvimento Urbano e Obras, o Sr. Amir Schvartz, situado no Cais do Apolo, 925-12º andar, Recife-PE, CEP 50030-230;
- O Ilmo. Arquiteto e Urbanista e Professor da Universidade Federal de Pernambuco, Sr. Waldemir Walter Tinoco, situado à Av. Prof. Artur Sá, Cidade Universitária, Departamento de arquitetura e Urbanismo, Recife-PE, CEP -50740-520.
- A Exma. Representante do Ministério Público da 35ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital-Habilitação e Urbanismo, Sra. Bettina Estanislau Guedes, situada á Rua Visconde de Suassuna, 99, sala 28, Recife-Pe.



PREFEITURA DE
RECIFE

CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Gabinete da Vereadora Aline Mariano

JUSTIFICATIVA

As chuvas constantes e intensas colocam toda a população que mora em áreas de risco em permanente estado de alerta. Para que haja uma maior eficiência no combate à queda de barreiras é necessário um maior comprometimento do poder público a fim de sanar o problema. Apesar das inúmeras vítimas decorrentes da chuva, muito pouco foi investido na prevenção, ocasionando muito gasto com providências paliativas e com os prejuízos, depois que as tragédias se concretizam.

As áreas de risco são regiões onde é recomendada a não construção de casas ou instalações, por serem muito expostas a desastres naturais, como desabamentos e inundações. Essas regiões vêm crescendo constantemente nos últimos 10 anos, devido à própria ação humana. As principais áreas de risco são aquelas sob encostas de morros inclinados ou à beira de rios.

Vários são os fatores que contribuem para que a situação de moradia de muitas famílias sejam cada vez maior, dentre eles, as intervenções humanas como os desmatamentos, queimadas, produção e deposição inadequada de lixo, poluição atmosférica, dentre outros. Esses fatores associados à ocupação desordenada do solo, à pobreza social e à falta de educação ambiental, geram problemas imensuráveis para uma grande parte da população que mora em morros e outras áreas consideradas de risco.

Mesmo com previsão de normalidade nas chuvas de verão na Região Metropolitana do Recife pelo Instituto de Meteorologia (Inmet), existe o período intenso de queda d'água de abril a maio. Nesse tempo, a população dos municípios sofre com canaletas sujas, galerias entupidas e transbordamento de canais, os quais resultam em alagamentos das ruas que, muitas vezes, impossibilitam a passagem até mesmo de carros grandes. Além disso, um grande infortúnio que assola a região é o deslizamento de barreiras, que, em muitos casos, levam vidas.

A defesa civil do Recife não informou a quantidade de pessoas que habitam pontos de riscos. Acompanhar as tragédias que assolam o Rio de Janeiro é um tormento



PREFEITURA DE
RECIFE

CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Gabinete da Vereadora Aline Mariano

para as famílias que residem no grande Recife. Muitos moradores dessas áreas recebem a orientação para deixar o lugar em época de chuvas, mas se negam devido ao fato de cobrarem da PCR uma solução definitiva, uma vez que esse impasse é antigo. Outra reclamação dos moradores é que a defesa civil municipal, em épocas de chuvas, cobre as encostas mais perigosas com lonas plásticas ao invés de providenciar medidas mais eficazes durante o período de estiagem.

Segundo a Geóloga Margareth Alheiros, professora da Universidade Federal de Pernambuco, o caso não é mais um processo natural, mas uma forma de ocupação inadequada do solo. Ela sugere regras para ocupação das colinas, como acontece com a parte plana da cidade. De acordo com a professora, é necessária uma política de ocupação do solo, que depois seja transformada numa lei focada na redução de riscos. Também propõe uma força-tarefa para realização de planos de contingência, envolvendo universidades e governos.

É necessário que haja a elaboração de um plano preventivo para o período de chuvas intensas a fim de evitar danos semelhantes ao ocorrido em 15 de Janeiro deste ano, onde onze imóveis localizados em áreas sob risco de deslizamento no Córrego da Picada, em Dois Unidos, Zona Norte do Recife, foram demolidos e ao ocorrido em meados de julho de 2010, em que moradores das áreas de risco do Recife também tiveram suas casas demolidas e foram obrigados a se alojar em abrigos improvisados que não oferecem nenhuma segurança e privacidade. Nesse período foram mais de 370 deslizamentos de barreiras nas áreas de morro da Capital, causando uma preocupação alarmante devido a muitas perdas materiais e ao constante risco de mortes.

Para que haja a prevenção de desastres naturais é necessário, também, um planejamento urbano que, segundo o Arquiteto e Urbanista Waldemir Walter Tinoco, também professor da Universidade Federal de Pernambuco, tem sido desprezados por grande parte dos gestores públicos. “A grande maioria dos planos de ocupação do solo é bem feita, mas permite que residências sejam instaladas em locais onde não deveriam, por risco de deslizamento, inundações e outras ações da natureza ligadas à hidrografia e à topografia”, alertou o Urbanista.



PREFEITURA DE
RECIFE

CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Gabinete da Vereadora Aline Mariano

Outro fator preocupante é a legitimação da ocupação irregular feita por ações do poder público, com o investimento de R\$ 500 milhões, por meio do programa de aceleração do crescimento 1 e 2 (PAC), anunciado pelo Ministro do Planejamento em projetos de obra de contenção de encosta em 99 municípios considerados em situação de risco mais grave. “É uma situação de esponja porque faz com que as pessoas gastem o pouco que têm com suas construções para, em seguida, perderem tudo”, lamentou.

De certo, nada adiantará liberar R\$ 500 milhões para obras em encostas e R\$ 5 bilhões para drenagem, também previstos nos PAC 1 e 2, a serem repassados via apresentação de projetos pelas prefeituras, se não houver uma orientação, com a ajuda de profissionais especializados em monitoramento e obras em áreas de risco.

Sendo assim, diante de todos os impasses acima aduzidos, o que se constata é que o problema é antigo e não há uma preocupação efetiva da prefeitura a fim de sanar esse problema, já que o mesmo repete-se ano após ano.

Sala das Sessões da Câmara Municipal do Recife, 31 de janeiro de 2011.

Aline Mariano
Vereadora